



**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE-CE**

RUA JOSÉ ALVES BEZERRA (ZÉ AGOSTINHO), Nº 585  
RIACHINHO - VÁRZEA ALEGRE-CE  
CEP: 63540-000

GABINETE 01 (JOSÉ CARLOS DE ALENCAR)  
MICHAELMARTINS1987@HOTMAIL.COM  
(88) 9 9625-8725

**GABINETE DO VEREADOR MICHAEL MARTINS**

**EMENDA MODIFICATIVA Nº 006/ 2025**

Várzea Alegre - CE, 19 de novembro de 2025

**EMENDA MODIFICATIVA** ao Projeto de Lei nº 067, de 12 de novembro de 2025, que altera a redação da alínea b) do inciso II, do Artigo 2º

O Vereador **MICHEL MARTINS DOS SANTOS - MICHAEL**, de acordo com o Art. 101 e seguintes do Regimento Interno desta Casa e atribuições conferidas pela Constituição Federal de 1988 e Lei Orgânica Municipal, vem, respeitosamente, submeter à apreciação a presente **EMENDA MODIFICATIVA** ao Projeto de Lei nº 067, de 12 de novembro de 2025.

**Art. 1º** A redação das alíneas b), do inciso II, do Artigo 2º da Lei nº 067, de 12 de novembro de 2025, passa a ser a seguinte:

b) 20% (vinte por cento) serão destinados, de forma igualitária, aos demais servidores em exercício na educação, não abrangidos pela alínea anterior, bem como aos demais servidores da Secretaria Municipal de Educação que ocupem cargos em comissão pertencentes aos seus quadros, igualmente não contemplados na alínea anterior.

**Art. 2º** Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Atenciosamente:

**MICHEL MARTINS DOS SANTOS (MICHAEL)**  
VEREADOR AUTOR



**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE-CE**

RUA JOSÉ ALVES BEZERRA (ZÉ AGOSTINHO), Nº 585  
RIACHINHO - VÁRZEA ALEGRE-CE  
CEP: 63540-000

GABINETE 01 (JOSÉ CARLOS DE ALENCAR)  
MICHAELMARTINS1987@HOTMAIL.COM  
(88) 9 9625-8725

**JUSTIFICATIVA**

A Educação é uma construção coletiva, assim, esta Emenda busca corrigir aquilo que no Projeto de Lei em questão é falho. Esta correção assegura que os servidores não docentes e os comissionados regularmente lotados na Secretaria de Educação recebam os 20% de forma igualitária, evitando exclusões indevidas.

Urge que pensemos a Educação longe das amarras do anacronismo da educação dita "bancária", ultrapassada, pois há décadas já se coloca que não apenas os professores, mas os demais profissionais ligados à escola, estão ligados e são partícipes do processo pedagógico. Desta forma, não existe justificativa para a exclusão de servidores administrativos, de apoio pedagógico, auxiliares, coordenadores, merendeiras, vigias, independente de o vínculo ser efetivo ou temporário.

Ora, se todos compõem a base operacional da rede, interferem nas condições de ensino, integram o conjunto de profissionais da educação (LDB, art. 61), contribuem para o resultado do VAAR, não há porquê que justifique exclusões. O nosso ordenamento jurídico reconhece que todos podem e devem integrar políticas de valorização vinculadas ao desempenho institucional. Qualquer política de incentivo não pode criar tratamento desigual entre servidores que desempenham funções necessárias ao alcance das metas educacionais, salvo justificativa objetiva inexistente no projeto original.

Desta forma, solicito a apreciação e aprovação desta Emenda, tendo em vista alinhar o Projeto de Lei com os princípios da administração pública, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.